



) 55
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335336-0
COMARCA: Tacaratu
APELANTE: Município de Tacaratu
APELADOS: Banco Itaú S/A e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO E APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO VICIADA. LANÇAMENTO INIDÔNEO. ILEGITIMIDADE ATIVA. PRECEDENTES. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na espécie, vê-se que a sentença proferida pelo Juízo singular (na qual ficou assentada a ilegitimidade ativa do Município exequente) encontra-se em linha de convergência com a firme jurisprudência desta Corte sobre a matéria. 2. Com efeito, por ocasião do julgamento de casos análogos, este Tribunal tem reiterado o entendimento de que *“a circunstância de fato eleita para caracterizar o local da prestação de serviço – qual seja o Município a que vinculado o ato de emplacamento – é totalmente inidônea para esse fim, visto que esse liame registral, isoladamente considerado, não serve à identificação da competência para a tributação, pelo ISS, das operações de arrendamento mercantil”*. Em outras palavras, *“o local do emplacamento não guarda nenhuma correlação com o local da prestação de serviços de arrendamento mercantil, seja este o domicílio do prestador (antes da LC nº 116/03), seja este o endereço da unidade econômica ou profissional do estabelecimento concretamente responsável pela operação de leasing (conforme a orientação fixada pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.060.210/SC)”* (cf., por exemplo, Ap nº 0257295-6, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello, julgamento em 05/09/2013). 3. Ademais disso, o magistrado de piso consignou, expressamente, que *“não existe neste Município, sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal ou escritório de representação do executado”*. 4. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. 5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo nº 0335336-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário (prejudicado o apelo voluntário), nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335336-0
COMARCA: Tacaratu
APELANTE: Município de Tacaratu
APELADOS: Banco Itaú S/A e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tacaratu, que, nos autos da **Execução Fiscal** NPU 0000167-39.2008.8.17.1440, decretou a extinção do processo, sem resolução de mérito, assentando a ilegitimidade ativa do Município exequente.

Inconformado, o recorrente alega, em suma, que: (i) as teses fixadas pelo STJ no REsp nº 1.060.210/SC não seriam aplicáveis ao caso subjacente, no qual os créditos tributários teriam sido constituídos mediante lançamento por homologação das declarações prestadas pelo próprio contribuinte; (ii) na espécie, não seria cabível a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, pois estar-se-ia diante de execução não embargada.

Assim, pede o provimento do apelo, com a reforma da sentença combatida ou a exclusão/redução da carga sucumbencial imposta pelo Juízo singular.

Contra-razões às fls. 111/135, pela manutenção do *decisum* vergastado.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 21 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



156
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335336-0
COMARCA: Tacaratu
APELANTE: Município de Tacaratu
APELADOS: Banco Itaú S/A e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A sentença em apreço encontra-se em linha de convergência com a firme jurisprudência desta Corte.

Com efeito, este Tribunal de Justiça já se deparou inúmeras vezes com as questões que envolvem a execução fiscal originária, tendo sido constante a identificação de diversas irregularidades no tocante à formação do crédito exequendo (especialmente em relação à ilegitimidade ativa dos Municípios exequentes), tudo a inviabilizar a pretensão executória proposta nesses moldes.

Também aqui, tais vícios impedem o prosseguimento da execução em foco.

Nesse sentido, colho, a título meramente ilustrativo, os seguintes precedentes, cujos fundamentos ora ratifico, adotando-os como razões de decidir:

“EMENTA: DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO E APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL (*LEASING*). CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO VICIADA. LANÇAMENTO INIDÔNEO. ILEGITIMIDADE ATIVA. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL INVÁLIDO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO E SOLIDARIEDADE PASSIVA: INOCORRÊNCIA, NO CASO. NULIDADE DA CDA. PRECEDENTES. ACOLHIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na espécie, trata-se de crédito tributário constituído, *ex officio*, mediante lançamento por arbitramento, à luz de informações inseridas pela parte executada no Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN. 2. Ocorre que a circunstância de fato eleita para caracterizar o *local da prestação de serviço* – qual seja o Município a que vinculado o *ato de emplacamento* – é totalmente *inidônea* para esse fim, visto que esse liame registral, isoladamente considerado, não serve à identificação da competência para a tributação, pelo ISS, das operações de arrendamento mercantil. 3. Daí exsurge a ilegitimidade do Município de Caruaru para figurar como sujeito ativo do crédito tributário exequendo, eis que o *local do emplacamento* não guarda nenhuma correlação com o *local da prestação de serviços de arrendamento mercantil*, seja este o domicílio do prestador (antes da LC nº 116/03), seja este o endereço da *unidade econômica ou profissional do estabelecimento* concretamente responsável pela operação de *leasing* (conforme a orientação fixada pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.060.210/SC). 4. Ademais, outros motivos igualmente conduzem ao reconhecimento da inviabilidade do processo executivo em foco, sobretudo em função (i) da ausência de contraditório e ampla defesa no curso do correspondente processo administrativo fiscal (formalidade indispensável, posto tratar-se de lançamento de ofício), (ii) da nulidade da CDA



157
20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(haja vista o desatendimento às prescrições encartadas nos arts. 202 e 203, do CTN, e 2º, § 5º, da LEF) e (iii) da indicação indiscriminada de pessoas jurídicas diversas para figurarem como executadas (em dissonância com a iterativa jurisprudência do STJ sobre o tema). 5. Diante desse cenário, impende reconhecer que os vícios em tela vulneram o processo administrativo de constituição do crédito tributário e, por conseguinte, o próprio título extrajudicial que lastreia a ação de execução. 6. Note-se ainda que *‘É possível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios em decorrência da extinção da Execução Fiscal pelo acolhimento de Exceção de Pré-Executividade’* (REsp Repetitivo nº 1.185.036/PE, DJe de 1º/10/2010). 7. Todavia, tem-se por razoável, neste caso concreto, reduzir o montante da verba advocatícia sucumbencial para o patamar de 1% (um por cento) do valor atribuído à execução fiscal. 8. Reexame necessário parcialmente provido (prejudicado o apelo voluntário), tão-somente para reduzir o montante arbitrado a título de honorários sucumbenciais.”

(Ap nº 0257295-6, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello, julgamento em 05/09/2013).

“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL - MODALIDADE *LEASING*. ILEGITIMIDADE DO AGRAVANTE PARA O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. COBRANÇA SOB O LANÇAMENTO *EX OFFICIO*. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nas operações de *leasing* intermediadas pelo agravado, a legitimidade para realizar o próprio lançamento tributário é do município onde está sediado o centro de tomada de decisões do agente financiador. 2. No caso dos autos, o Município agravante utilizou-se das informações inseridas pelas instituições financeiras no Sistema Nacional de Gravames para realizar a cobrança do ISS sob o lançamento *ex officio*. 3. Precedentes. 4. Recurso improvido à unanimidade, não restando vulnerados os arts. 147 e 148 do CTN e 543-C do CPC.”

(Ag na Ap 0306290-4, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgamento em 05/09/2013).

Conforme antedito, a sentença extintiva prolatada pelo Juízo de primeiro grau está em consonância com o entendimento acima retratado, tendo o magistrado de piso consignado, expressamente, que *“não existe neste Município, sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal ou escritório de representação do executado”* (fl. 85).

Por fim, registro a inconsistência da pretensão recursal no que se refere à condenação ao pagamento de honorários advocatícios, seja porque houve – ao contrário do que argumenta o Município apelante – a oposição de embargos à execução (conforme anotado na sentença em tela), seja porque o percentual concernente à carga sucumbencial (15% do valor da causa) revela-se, *in casu*, razoável, resultando em montante que se encontra dentro das balizas fixadas em casos análogos por este Tribunal.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator